

Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000  
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

**PROJETO DE LEI N.º 25, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**

**Modifica o Código Tributário do Município  
de Rio Largo/AL e adota outras  
providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO-AL**, no uso de suas atribuições constantes da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Lei Municipal nº 1.776, de 29 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**I** – O artigo 190 passa a ter a seguinte redação:

**Art. 190.** O imposto será calculado aplicando-se as seguintes alíquotas:

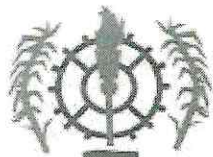
**I** – Imóveis prediais – 1% (um por cento);

**II** – Imóveis territoriais – 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

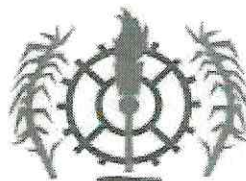
**§1º.** Nas glebas, assim entendidas as quadras, residenciais ou não, nas quais não foi efetuado o micro-parcelamento, a alíquota do Imposto Territorial Urbano fica fixada em 2,5% (dois e meio por cento), independente da zona em que se situam.

**§2º.** O zoneamento urbano do Município será definido na mesma Lei que tratar da Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção.

**§3º.** Quando se tratar de imóvel que não esteja atendendo a função social, conforme definido no Plano Diretor Municipal, o valor da



**PREFEITURA DE  
RIO LARGO**  
Simplicidade e Trabalho



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000  
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

alíquota dobrará a cada exercício, até o limite de 15% (quinze por cento).

§4º. Será mantida a cobrança do imposto pela alíquota majorada até que se cumpra a obrigação de parcelar, edificar, utilizar o imóvel ou que ocorra a sua desapropriação, conforme critérios definidos no Plano Diretor Municipal.

§5º. Comprovado o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ocorrerá o lançamento do IPTU sem a aplicação das alíquotas previstas nesta lei no exercício seguinte.

§6º. Aplica-se ao caput deste artigo os imóveis em que houver edificação interdita, paralisada, condenada, em ruínas ou em demolição.

**II – O artigo 191 passa a ter a seguinte redação:**

**Art. 191.** O imposto será pago na forma, local e prazos definidos em regulamento, observando-se que:

**I** - terá o desconto de até 30% (trinta por cento), se for pago em parcela única, conforme disciplinado em Decreto a ser expedido anualmente;

**II** - poderá ser dividido em até 10 (dez) parcelas iguais, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 60,00 (sessenta reais).

§1º. Todas as expedições de alvarás de desmembramento, loteamentos, remembramentos e bem assim licenças de construção e atestados de “habite-se” para edifícios somente serão liberados quando:



**PREFEITURA DE  
RIO LARGO**  
Simplicidade e Trabalho





Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000  
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

- a) alvarás de desmembramentos e loteamentos - quando da quitação plena do IPTU da área a ser fracionada;
  - b) remembramento - quando da quitação plena do IPTU incidente sobre as unidades imobiliárias a serem remembradas;
  - c) licenças de construção e habite-se de edifícios ou edificações - quando da quitação plena das parcelas do IPTU do imóvel territorial onde foi construído o edifício ou edificação, e assim como da quitação do imposto devido pela prestação dos serviços na sua construção;
  - d) no processo de expedição do “habite-se”, constatando-se a falta de recolhimento do ISS relativo à execução das atividades prestacionais, o proprietário da obra será responsável pelo pagamento de referido imposto.
- §2º. Isenta-se do disposto na alínea “d”, do parágrafo 1º, deste artigo, a obrigação com respeito ao ISS no caso de imóveis nos quais pessoa física seja titular da propriedade, do domínio útil, da posse por natureza ou acessão física.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2022, revogando-se todas as disposições em contrário.

Rio Largo/AL, 29 de setembro de 2021.

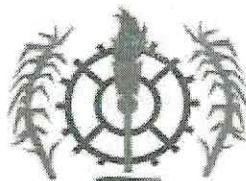
GILBERTO  
GONCALVES DA  
SILVA:32173660420

Assinado digitalmente por  
GILBERTO GONCALVES  
DA SILVA:32173660420  
Data: 2021.09.29 08:35:30 -  
0300

**GILBERTO GONÇALVES DA SILVA**  
Prefeito



**PREFEITURA DE  
RIO LARGO**  
*Simplicidade e Trabalho*



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000  
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

**MENSAGEM Nº 25/2021**

Rio Largo/AL, 29 de setembro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Largo  
Câmara de Vereadores de Rio Largo  
Nesta

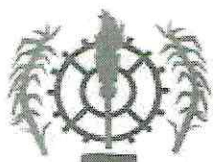
Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

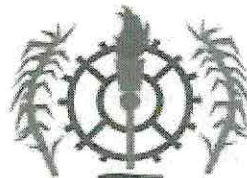
Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei, que "modifica o Código Tributário do Município de Rio Largo/AL e adota outras providências."

A alteração legislativa que ora se propõe tem a finalidade de atualizar o Código Tributário Municipal, a fim de corrigir a defasagem existente na atual legislação referente ao IPTU.

Isso porque, a atualização do IPTU é mais uma reforma estrutural que visa a promoção de melhorias no futuro de Rio Largo, envolvendo a justiça no referido tributo, equilibrando, assim, as contas públicas, sem onerar os contribuintes, para que o município, cada vez mais, entregue melhores serviços à população.



**PREFEITURA DE  
RIO LARGO**  
Simplicidade e Trabalho



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000  
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

Destacamos que a instituição ou majoração de tributos, somente pode surtir efeito – *serem cobrados* – no exercício financeiro seguinte, respeitando-se a anterioridade nonagesimal, artigo 150, “b” e “c”, CFRB/88 – *noventa dias entre a publicação da lei e a cobrança do tributo* – de modo que, deve a presente ser votada – *para ser cobrado no início do exercício seguinte* - ainda nesse ano, 90 (noventa dias) antes de seu término, razão pela qual, há urgência.

Compete informar que o presente Projeto não envolve renúncia de receita de que trata o art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, solicita aos nobres edis que a apreciação e votação do presente Projeto de Lei se dê em **CARÁTER DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 43 e seguintes, do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores, haja vista termos que respeitar o prazo nonagesimal para cobrança dos tributos atualizados por meio deste.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com a aprovação do incluso Projeto de Lei, ao passo que aproveito a oportunidade e renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

GILBERTO  
GONCALVES DA  
SILVA:32173660420

Assinado digitalmente por  
GILBERTO GONCALVES DA  
SILVA:32173660420  
Data: 2021.09.29 08:35:59 -  
0300

**Gilberto Gonçalves da Silva**  
Prefeito  
Rio Largo



**PREFEITURA DE  
RIO LARGO**  
*Simplicidade e Trabalho.*





Estado de Alagoas



Rio Largo



Integrante da  
República Federativa  
do Brasil

**MUNICÍPIO DE RIO LARGO  
GABINETE DO PREFEITO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº,  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL –  
CEP 57.100.000CNPJ: 12.200.168/0001-20

**OFÍCIO Nº 170/2021/GP/PMRL**

Rio Largo/AL, 29 de setembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor

**JEFFERSON ALEXANDRE CAVALCANTE**

VEREADOR-PRESIDENTE

Câmara Municipal de Vereadores

Rio Largo/AL

**ASSUNTO: MODIFICA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Senhor Presidente,**

O Poder Executivo Municipal, por meio do Gabinete do Prefeito Gilberto Gonçalves da Silva, cumprimenta Vossa Excelência e Digníssimos Pares, ao passo em que apresenta Projeto de Lei, em razão dos fatos expostos a seguir:

Encaminha, por este, o Projeto de Lei em anexo que “**Modifica o Código Tributário do Município de Rio Largo/AL e adota outras providências**”, conforme mensagem anexo.

Assim, o presente projeto de Lei visa a promoção de melhorias no futuro de Rio Largo, envolvendo a justiça no referido tributo, equilibrando, assim, as contas públicas, sem onerar os contribuintes, para que o município, cada vez mais, entregue melhores serviços à população.

Diante do exposto, tendo em vista a necessidade imperiosa da medida, requer-se que a presente proposta de Lei seja apreciada em **Regime de Urgência**, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, nos Termos da Lei Orgânica Municipal.





Estado de Alagoas



Rio Largo



Integrante da  
República Federativa  
do Brasil

**MUNICÍPIO DE RIO LARGO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº,  
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL –  
CEP 57.100.000CNPJ: 12.200.168/0001-20

Por fim, reitera-se os mais elevados votos de estima e consideração, ao passo que este Executivo Municipal põe-se à disposição para quaisquer eventualidades em prol da esmerada resolução da faceta.

Cordialmente,

GILBERTO GONCALVES  
DA SILVA:32173660420

Assinado digitalmente por  
GILBERTO GONCALVES DA  
SILVA:32173660420  
Data: 2021.09.29 08:49:51 -0300

**GILBERTO GONÇALVES DA SILVA**

Prefeito de Rio Largo/AL

